

ARTIGO

NOS RASTROS DAS ORIGENS
DA INTERSECCIONALIDADE

*Claudia Jones e
a Tripla Opressão*

BRUNA GABRIELLA SANTIAGO SILVA

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Rio Grande do Sul | Porto Alegre | Brasil

leituraspretas@gmail.com

orcid.org/0000-0003-0072-823X

Claudia Jones, nome de Claudia Vera Cumberbatch, foi uma intelectual, jornalista, poeta e ativista nascida em Trinidad e Tobago. Migrou com sua família ainda na infância para os Estados Unidos, viveu parte da sua vida no Harlem, em Nova York, até sofrer a perseguição política que resultou em seu encarceramento e seu exílio para a Inglaterra. Este artigo surge com o intuito de apresentar, ainda que de forma introdutória, a trajetória dessa pensadora afro-caribenha, compreendendo que sua experiência de vida está intimamente ligada ao seu ativismo e produção intelectual. Além disso, levantamos o questionamento sobre sua ausência em nosso campo acadêmico. Por fim, analisamos sua produção no que tange à categoria “tripla opressão”, compreendendo-a como uma ferramenta analítica que antecede a interseccionalidade e que é mobilizada para apreender a experiência feminina e negra. Para tal, faremos uma revisão bibliográfica sobre o tema nos valendo da produção acadêmica estadunidense, biografias e autobiografias através do método biográfico.

Claudia Jones; Fascismo; Mulheres Negras; Feminismo Negro

Agradeço à Professora Fernanda Oliveira (UFRGS), amiga e orientadora, que vem contribuindo diretamente para a elaboração desta pesquisa.

ARTICLE

IN THE TRACES OF THE ORIGINS
OF INTERSECTIONALITY

*Claudia Jones and
the triple oppression*

BRUNA GABRIELLA SANTIAGO SILVA

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Rio Grande do Sul | Porto Alegre | Brasil

leituraspretas@gmail.com

orcid.org/0000-0003-0072-823X

Claudia Jones, born Claudia Vera Cumberbatch, was an intellectual, journalist, poet, and activist born in Trinidad and Tobago. She migrated with her family to the United States during her childhood and lived part of her life in Harlem, New York, until she became the target of political persecution, which led to her imprisonment and exile to England. This article aims to present, even if in an introductory way, the trajectory of this Afro-Caribbean thinker, understanding that her life experience is deeply intertwined with her activism and intellectual production. Furthermore, we raise the question of her absence in our academic field and, finally, analyze her work in relation to the concept of “triple oppression”, understanding it as an analytical tool that predates intersectionality and is used to grasp the experience of Black women. To achieve this, we will conduct a literature review on the subject, drawing on U.S. academic work, biographies, and autobiographies through the biographical method.

Claudia Jones; Fascism; Black Women; Black Feminism

QUEM FOI CLAUDIA JONES?

“Quem foi Claudia Jones?” é uma pergunta recorrente nos ciclos de debates marxistas e feministas brasileiros. Pouco conhecida em nosso país, chega apenas agora, em 2024, a primeira tradução de seus escritos reunidos, a obra *Claudia Jones – Além da contenção: escritos sobre gênero, raça e classe*, organizada por Carole Boyce Davies, onde reúne textos biográficos, ensaios e sua poesia, e publicada pela editora Lavra-Palavra. Até então, seu único texto traduzido era o artigo “Um fim à negligência em relação aos problemas das mulheres negras!”, publicado originalmente em 1949 e traduzido no Brasil em 2017. Nesse ensaio, Claudia Jones reflete sobre a superexploração da mulher negra e o dinamismo das opressões de raça, classe e gênero. O texto é voltado para o Partido Comunista do Estados Unidos (CPUSA), de tradição marxista-leninista, do qual ela fazia parte e criticava frontalmente a inabilidade do partido em mobilizar as mulheres negras.

Ela via a mulher negra como o extrato mais oprimido da sociedade, a partir da categoria da superexploração, apontava essas sujeitas como a vanguarda da luta revolucionária, e desenvolveu uma análise em que a categoria de tripla opressão tomou centralidade nos seus escritos. A não tradução dos seus diversos ensaios nos permite questionar os “porquês” de essa autora não ser lida nos ciclos marxistas e feministas do nosso país; foram 60 anos para a tradução do seu primeiro artigo e há uma escassa produção acadêmica brasileira sobre ela.

Este artigo surge dessas ausências. Nosso intuito é apresentar, ainda que de forma introdutória, a trajetória dessa pensadora afro-caribenha, compreendendo que sua experiência de vida está intimamente ligada ao seu ativismo e produção intelectual. Além de trazer sua trajetória e o questionamento sobre sua ausência em nosso campo acadêmico, buscamos destacar sua produção no que tange à categoria “tripla opressão”, compreendendo-a como uma ferramenta analítica que antecede a interseccionalidade e que é mobilizada para apreender a experiência feminina e negra.

Para tal, faremos uma revisão bibliográfica sobre o tema nos valendo da produção acadêmica, de biografias e autobiografias através do método biográfico. As produções da Claudia Jones nos permitem ter um panorama da sua trajetória intelectual, que foi forjada em meio às leis de segregação estadunidenses, popularmente nomeadas de Jim Crow, e à dura perseguição sofrida no período do macartismo. Seus textos analisam as violências vividas por ela e pelas mulheres negras e as mulheres comunistas. Juntamente a seus escritos, a biografia *Left of Karl Marx: The political life of black communist Claudia Jones* (2008) nos proporciona um amplo conhecimento sobre seus trabalhos e vida.

Desse modo, este artigo pretende responder a pergunta: “Quem foi Claudia Jones?”; no entanto, busca também trazer sua visão e contribuição para os debates contemporâneos dentro dos estudos interseccionais e da democracia estadunidense. É pensar aquele território através das análises de uma comunista negra.

VIDA E TRAJETÓRIA DE UMA COMUNISTA NEGRA

Claudia Jones, nome de Claudia Vera Cumberbatch, foi uma intelectual, jornalista, poeta e ativista nascida em Trinidad e Tobago¹ em 21 de fevereiro de 1915, período em que o país ainda era uma colônia britânica. Filha de Sybil Cumberbatch e Charles Bertrand Cumberbatch, permanece em Trinidad até seus 9 anos, quando, devido à crise econômica, sucessão de greves e crise sanitária no contexto da gripe espanhola, sua família precisa migrar em busca de melhores condições de vida². É nesse cenário que a família de Claudia Jones migra para viver no Harlem, em Nova York.

A ida para os Estados Unidos, ao lado dos seus pais e três irmãs, foi marcada pela busca de melhores condições de vida, no entanto, a pobreza e trabalhos mal remunerados foram componentes da experiência familiar no país. Sua mãe morreu prematuramente aos 37 anos por uma meningite espinhal, fruto de anos de trabalho nas lavanderias, trabalho esse que será executado por Jones. Ainda no ensino médio, em seus anos finais, ela já trabalhava em lavanderias, fábricas e chapelarias para manutenção da sua vida e da sua família (Davies 2008, XXIV). A pesquisadora e ativista Muffy Sunde, ao analisar a vida de Jones, atribui sua morte prematura, por tuberculose, às péssimas condições de vida e trabalho que vivenciou na infância. Em 1934, teve seu primeiro diagnóstico de tuberculose, um ano após a morte de sua mãe, o que iria comprometer sua saúde para sempre (Davies 2008; SUNDE 2021).

Em 1935, forma-se no ensino médio e, no mesmo ano, inicia sua história na militância comunista, quando ingressa na organização pela libertação dos *Scottsboro Boys Nine*³. Suas reflexões sobre o racismo e a pobreza se iniciam quando, ao ingressar na militância em situação de extrema pobreza e tendo estudado na escola pública, com reconhecimento e destaque, não seguiu carreira acadêmica, pois teve que trabalhar ainda muito cedo, o que não a impediu de elaborar ideias fundamentais que são utilizadas pela academia. Como aponta a pesquisadora Muffy Sunde (2021), as condições materiais impediram que ela ingressasse na faculdade; a carga de trabalho, as dificuldades financeiras foram obstáculos em sua experiência educacional, no entanto, fora dos muros acadêmicos, construiu e expressou seus pensamentos de diversas maneiras, entre elas, o jornalismo. Juntou-se a um grupo de teatro e passou a escrever uma coluna chamada “comentários da Claudia” para o *Jornal do Harlem* (Sunde 2021, 01), onde expunha um olhar aguçado sobre a situação da população negra e dos imigrantes no país.

Connie Johnson (2009) aponta que o Caso *Scottsboro Nine*, em 1931, foi um evento chave que pode ter despertado o interesse e o compromisso de Jones com a luta negra e comunista. O caso dos garotos de *Scottsboro* foi apenas um dentro de uma realidade de violência e fúria branca que alcançava níveis cada

¹ Trinidad e Tobago, na época colônia britânica, passava por uma intensa crise econômica com o declínio da economia agrária; processos de greves longas marcaram um processo de luta contra a precarização do trabalho e fome da população. Arelado a isso, a grande crise sanitária causada pela gripe espanhola assolou a região.

² Diante do colapso econômico em Trinidad e Tobago pelas questões supracitadas, em novembro de 1919, os estivadores entraram em greve devido aos baixos salários e condições precárias de trabalho. As greves se tornaram constantes em 1919 e outros sindicatos aderiram; a economia colapsou à medida em que se alinhava à epidemia da gripe mundial, junto ao declínio da economia agrária na região, trazendo um cenário de intensa instabilidade.

³ Os *Scottsboro Boys* foi o nome dado a um grupo de nove adolescentes negros acusados injustamente de estupro no estado do Alabama, em 1931. O caso envolveu nove jovens negros que foram acusados de estuprar duas mulheres brancas e não tiveram defesa adequada, foram julgados e condenados à forca, o que foi alterado depois de muita luta dos movimentos sociais.

vez mais violentos desde a emancipação⁴. Johnson (2009), ao analisar a reação branca ao avanço negro no país, aponta que os brancos dos Estados Unidos agiram com tanta fúria e violência aos Atos de Reconstrução⁵ que naturalizaram linchamentos cada vez mais violentos.

Para termos um panorama, Saidiya Hartman (2022), no seu ensaio “Supremacia Branca”, narra as atrocidades dos linchamentos; em um caso específico, detalha a reação branca em relação a uma mulher negra grávida que denunciou os linchadores de seu marido. Ela foi amarrada em uma árvore, teve sua barriga aberta e seu feto bebê foi retirado do seu ventre e esmagado. É nesse cenário de violência constante, empobrecimento, perseguição e estabelecimentos das leis Jim Crow que Jones desenvolverá sua análise sobre a violência do estado e da branquitude⁶. Compreender a supremacia branca será central em sua análise. Para ela, a forma como o país se organizava estava diretamente ligada ao poder branco e à supressão da vida negra.

Sua elaboração teórica será concomitante à sua militância dentro de diversas organizações. Juntou-se à liga dos jovens comunistas em 1936, ano de sua entrada oficial no Partido Comunista dos Estados Unidos da América (PCEUA, ou *Communist Party USA* ou CPUSA), de tradição marxista-leninista, linha teórica empreendida por ela. Ao longo de sua trajetória, escreveu nove ensaios sobre os direitos das mulheres, tensionando os homens do partido a olhar para a opressão contra as mulheres como algo que faz parte de uma luta global (Vesuna 2022, 82), trazendo, assim, um olhar feminista internacionalista, em que apontava que todas as mulheres precisavam de uma luta em comum contra o patriarcalismo, o racismo e o imperialismo, levando, para o marxismo de forma geral, e ao CPUSA de forma específica, a urgência de se pensar as interseções de identidades dentro do sistema de exploração. Nesse aspecto, podemos compreender essa elaboração como uma das bases do pensamento interseccional⁷.

⁴ A lei de Emancipação que marcava o fim da escravização nos Estados Unidos foi decretada em 1º de janeiro de 1863, reafirmada e posta em prática após a promulgação da 13ª Emenda Constitucional em 1965, com o fim da Guerra de Secessão.

⁵ Após a Guerra de Secessão em 1865 até finais de 1870, uma série de medidas é tomada para reorganização do país pós-guerra e integração dos ex-escravizados. Um embate sobre o destino da população negra se instaura: em 1865, temos a promulgação dos Códigos Negros no Mississippi, e outros estados irão seguir o modelo, com o intuito de restringir a população negra do direito à propriedade, de locomover-se, casar, permeando toda a vida do recém-emancipado. Em reação, temos as primeiras Leis de Direitos Cívicos em 1866, que, em tese, concede cidadania a todos os homens norte-americanos nascidos no país, independente de sua raça ou histórico de escravização, eles deveriam ter acesso às leis de segurança individual e propriedade privada. A 14ª Emenda deveria garantir “vida, liberdade ou propriedade sem o devido processo legal”. A 15ª, em 1870, trazia a garantia do direito ao voto e que nenhum indivíduo deveria ser impedido de votar em virtude de sua raça. Esses atos e medidas, embora frágeis e nem sempre cumpridos, tencionaram a estrutura política do Sul do país, que não aceitava a população negra com direitos políticos e status de cidadãos estadunidenses; é nesse contexto que temos o surgimento de grupos supremacistas brancos, como a Ku Klux Klan.

⁶ O final da década de 1940 e a década de 1950 foram de intensa atuação e produção intelectual para Claudia Jones. É o período em que ela enfrentará diversas prisões e posteriormente o exílio. É nesse cenário que teremos importantes trabalhos da autora sobre a mulheres negras e vinculação direta a movimentos de mulheres, tornando-se secretária da Comissão de Mulheres do Partido Comunista dos EUA em 1947. Posteriormente, cumpre um papel primordial na construção do pensamento caribenho comunista em Londres, co-funda a Associação dos Trabalhadores e Estudantes das Índias Ocidentais e funda a *West Indian Gazette* em 1957 e 1958, respectivamente.

⁷ A interseccionalidade enquanto categoria analítica que visa a pensar as interseções de diversas opressões em sociedades multirraciais, e que vem ganhando cada vez mais espaço nos ambientes acadêmicos. O conceito marca os estudos que se propõem a pensar como diversas

Em 1938, já era membro do conselho e em 1941 se tornou a Diretora Nacional da Liga dos Jovens Comunistas. Jornalista, torna-se editora dos principais jornais de circulação dos ideais revolucionários, como o *Spotlight*, *American Youth for Democracy*, *Black Affairs* e *Daily Worker*. Sua atuação para a circulação de ideias, bem como seu ativismo dentro e fora do partido, como por exemplo, com o Movimento Nacional de Mulheres, a deixa exposta e vulnerável à perseguição do *Federal Bureau of Investigation* (FBI). É no início da década de 1940 que a dura vigilância do órgão vai se abater sobre Jones, culminando na sua prisão em 1948, quando foi indiciada pela Lei de Imigração e ameaçada de deportação para Trinidad, caso continue exercendo atividades políticas.

Os anos seguintes de Cláudia Jones serão marcados por uma profícua produção intelectual, centralizando o imperialismo, o racismo, a ausência de democracia nos Estados Unidos e as violências de gênero. À medida que sua vida será permeada pela perseguição, por meses de encarceramento, ela desenvolve artigos que analisam os rumos do fascismo no país e sua relação com o racismo antinegro⁸, além de uma igualmente profícua produção literária, destacando-se como poeta.

Detida pela terceira vez, em 1951, acaba por ser exilada na Inglaterra, onde assume a redação e publicação do *West Indian Gazette* e *Afro-Asian Caribbean News*⁹, o primeiro grande jornal negro da Inglaterra (Sunde 2021, 04), e foi a principal articuladora do primeiro festival caribenho de Londres, o Notting Hill Carnival, em que trazia a importância da cultura para articulação política dos povos. É em Londres onde fica até seus últimos dias, tendo falecido em decorrência de um ataque cardíaco e uma tuberculose, aos 49 anos. Foi enterrada no cemitério *Highgate*, e seu túmulo fica à esquerda de Karl Marx, fato que nomeia a principal biografia sobre a vida dessa pensadora negra¹⁰.

POR QUE NÃO CONHECEMOS CLAUDIA JONES?

A historiadora Lydia Lindsey (2019) argumenta que o apagamento de Cláudia Jones, dos ciclos de debates feministas e marxistas, faz parte do processo de extermínio do governo estadunidense direcionado a uma mulher negra que representava uma ameaça à ordem capitalista. Sendo uma sujeita radical da vanguarda da luta revolucionária, precisava ser eliminada física e simbolicamente. A busca pelo apagamento de Cláudia Jones deve ser vista

formas de opressão e exploração perpassam sujeitos de forma específica, através de diversos marcadores sociais. A criação do conceito surge de uma acumulação de elaborações feitas anteriormente a ele; pensar as raízes dos estudos interseccionais é uma forma de contribuir para o não apagamento de outras intelectuais negras que nos antecederam. Também, é uma forma de conhecer a extensa produção de mulheres negras, que permanece nas margens dos estudos de gênero.

⁸ Para maior aprofundamento no tema, ver BURDEN-STELLY, Charisse. *Claudia Jones, the Longue Durée of McCarthyism, and the Threat of US Fascism*; DAVIES, Carole. *Claudia Jones: Beyond Containment*.

⁹ *West Indian Gazette* (WIG) foi fundado por Cláudia Jones em março de 1958 em Brixton, Londres. Rapidamente, o jornal ganhou grande circulação, chegando a uma circulação de 15 mil periódicos. Foi o primeiro grande jornal negro da Grã-Bretanha, e estava localizado na comunidade caribenha. Posteriormente, teve seu nome expandido para *West Indian Gazette And Afro-Asian Caribbean News*. O jornal foi fechado em 1965, oito meses depois da morte de Cláudia Jones.

¹⁰ A pesquisa *Left of Karl Marx: the political life of black communist Claudia Jones* (Duke University Press), da intelectual Carole B. Davies, publicada em 2008, é um marco nas pesquisas sobre Cláudia Jones. Além de um material biográfico, a autora analisa as produções de Jones e a construção do pensamento radical nos Estados Unidos.

dentro do contexto político, econômico e social direcionado a comunistas e, especialmente, a comunistas negras nos Estados Unidos.

Angela Davis (2018) aponta que, para se pensar a perseguição às mulheres negras nos Estados Unidos, é preciso olhar como o Estado desempenhou um papel fundamental de cruzar o anticomunismo com o racismo antinegro. Partindo de sua experiência pessoal, a filósofa nos fala de como recebia dezenas de cartas mandando-a voltar para África ou ir para Cuba, e, ao analisar esse momento de sua vida, ela reflete que nunca tinha ido a Cuba ou ao continente africano, mas o fato de ser uma mulher negra a fazia estrangeira em seu próprio território. Nesse aspecto, Angela Davis ainda reflete como as leis de caça a comunistas eram aplicadas a sujeitos negros, indiciados como subversivos e inimigos da pátria, mesmo quando estes não faziam parte de nenhum partido político.

Lydia Lindsey, em seu trabalho *Red Monday: The Silencing of Claudia Jones in 20th Century Feminist Revolutionary Thought* (2019), analisa como a Guerra Fria amordaçou Claudia Jones e, ao ser vista como um “perigo vermelho”, sofreu com a perseguição do período, sendo ela vítima da perseguição macartista¹¹ do país que prendeu e exilou dezenas de revolucionários. Arelado a isso, precisamos situar como pensadoras negras tiveram pouco espaço na elaboração teórica de uma história vista como “oficial”. Muito da produção dessas mulheres foi visto como experiências pessoais sem densidade teórica, ou ensaios, sem valor teórico de análise¹².

Nesse sentido, a biografia *Left of Karl Marx* (2008) nos instiga a pensar qual o lugar da mulher negra enquanto intelectual. Quando analisamos o conjunto da produção teórica de Claudia Jones, destacamos debates pertinentes: a superexploração da mulher negra é analisada a partir da categoria tripla opressão; ela dedica-se também a debater temas amplos dos Direitos Humanos; desenvolve uma análise aguda sobre o fascismo nos Estados Unidos e os sentidos democráticos no país; entre outros temas.

Embora estivesse escrevendo dentro do Partido Comunista dos Estados Unidos desde os anos 1940 e ter uma produção destacada no que tange ao debate de raça, classe e gênero, pouco recebemos dela dentro dos ciclos marxistas, tampouco na teoria feminista produzida nos Estados Unidos. Os debates no Brasil centralizaram-se em produções de mulheres feministas brancas, sendo que muitas, apesar de terem escrito posteriormente ou contemporaneamente a Claudia Jones, tiveram maior destaque na teoria feminista que consumimos em nosso território. A exemplo, Betty Friedan (1963), Simone de Beauvoir (1949), Joan Scott (1988), que são leituras incontornáveis na teoria feminista.

¹¹ Macarthismo é uma tradução direta de “McCarthyism”, derivado do nome do senador Joseph McCarthy, autor de diversos projetos anticomunismo e principal perseguidor no que ficou conhecido como uma nova “Caça às Bruxas”; qualquer ato poderia ser nomeado de traição ou subversão. O período da década de 1950 foi marcado pela criminalização e perseguição de inúmeras pessoas, resultando em deportações, prisões arbitrárias e retirada de direitos.

¹² Instiga-nos pensar “Qual o lugar da mulher negra na teoria?”, intelectuais, como a filósofa Angela Davis, que foi traduzida no Brasil por uma editora apenas em 2016. O primeiro trabalho no campo da história sobre a obra clássica *Mulheres, raça e classe* foi feito em 2008 pela professora Raquel Barreto. Se na história vemos um amplo espaço de tempo, até 2018, havia poucos trabalhos sobre Angela Davis na filosofia, sua área de formação. O cenário se repete. Claudia Jones, analisa a superexploração das mulheres negras, o fascismo nos Estados Unidos e os jornais como potenciais revolucionários. Esses são alguns dos muitos exemplos em que as análises das mulheres negras não são incorporadas nos debates acadêmicos no Brasil, ou quando são, em nichos específicos de feminismos negros, não como filósofas, historiadoras, mas exclusivas do debate de gênero.

As análises dessas feministas, de modo geral, apresentam um panorama da exploração da mulher dentro de uma sociedade patriarcal. Simone de Beauvoir (1949) teorizou sobre a outridade da mulher em relação ao homem, este último visto como absoluto, que detém o poder de definir-se enquanto sujeito universal e modelo humanitário; em contrapartida, as mulheres aparecem como seres objetificados e carentes de certas qualidades. O questionamento em torno dos papéis atribuídos às mulheres por sua pretensa inferioridade com base na biologia será amplamente discutido. Betty Friedan (1963) irá defender a tese de que há uma luta entre as classes de acordo com o gênero; mulheres e homens estavam em “guerra”, era preciso alcançar a igualdade, igualdade salarial e refletir sobre a frustração das mulheres na condição de donas de casa e impedidas de exercer inúmeras funções na sociedade. Essas mulheres tensionam os debates em torno do lugar da mulher e o modelo humanista; pensando ser o outro do homem, compreendiam que isso as colocava em um lugar de subalternidade.

Não negamos a relevância das produções feitas por essas mulheres e a contribuição para o debate feminista que temos feito. No entanto, é questionável como teóricas feministas negras que anteriormente à década de 1980 já desenvolviam análises centralizadas na tríade raça, classe e gênero foram completamente ignoradas por grande parte da teoria feminista e estudos marxistas do país. O olhar para a mulher como o outro do homem pode ser encontrado na escrita de Claudia Jones (1949), em que ela questiona como o Partido Comunista (CPUSA) não compreendia as mulheres negras como revolucionárias e sujeitas que sofriam de uma “tripla exploração”, por não serem homens e não serem mulheres brancas.

Esse debate estará presente em diversas obras de feministas negras entre as décadas de 1950 e 1980, a exemplo, a obra “E eu não sou uma mulher?”, da intelectual e feminista negra bell hooks¹³, sendo publicada em 1981. Ser o outro na perspectiva de gênero e raça será aprofundado por diversas feministas negras, como Angela Davis¹⁴, Audre Lorde¹⁵, Barbara Smith¹⁶ e Louise Thompson¹⁷. Elas estavam pensando a categoria de “tripla exploração” para explicar a experiência feminina negra no mundo. Suas obras dialogam e questionam as principais feministas brancas que não pensaram as questões raciais dentro da categoria de gênero. A ausência dessas traduções no Brasil até os anos 2000 afeta profundamente nossa compreensão sobre os feminismos de modo mais amplo.

Desse modo, compreendemos que as mulheres negras, ancoradas na ideia de tripla exploração, nos trazem uma tradição intelectual que é contínua; assim, os estudos interseccionais desaguam após beber de um longo rio de

¹³ Escritora, professora, palestrante, feminista e crítica cultural, sua obra tem grande circulação no Brasil. Atualmente, sua obra conta com mais de 30 títulos publicados. Sua primeira obra, *Ain't I a Woman?* (1981), foi escrita durante a sua graduação, quando ela observou e vivenciou as dinâmicas das violências de raça e gênero.

¹⁴ Filósofa socialista, escritora, professora e ativista estadunidense. Sua obra *Mulheres, raça e classe* é reconhecida hoje como uma das mais importantes obras para os estudos interseccionais.

¹⁵ Filósofa socialista, militante lésbica, escritora, poeta e ativista feminista. Audre Lorde atuava em diversas frentes de luta; sendo mãe, negra, lésbica e socialista, compreendia que não havia possibilidade de escolher apenas uma frente de luta, todas as opressões, de forma simultânea, atingiam seu corpo. Sua obra de maior destaque é *Irmã Outsider*, no entanto, há uma grande produção de ensaios e poesias que passa a ser traduzida no Brasil a partir de 2018.

¹⁶ Feminista lésbica e socialista, tem um papel fundamental na teoria feminista negra. Ativista, palestrante, com importante atuação no campo acadêmico. É autora da obra *Toward a black feminist criticism*, publicada em 1977, ainda sem tradução no Brasil.

¹⁷ Professora, comunista e uma das primeiras mulheres negras a estudar na Universidade de Chicago, em 1920. Foi membro do Partido Comunista e trabalhou com a National Association for the Advancement of Colored People (NAACP).

produção epistemológica. A ausência de obras sobre essas intelectuais negras reflete o epistemicídio que temos no campo da historiografia. Notamos a ausência das contribuições dessas mulheres no campo dos estudos feministas e marxistas; quando aparecem, estão de modo muito pontual, relacionadas a temas específicos sobre mulheres negras. Claudia Jones, por exemplo, além de escrever ensaios feministas, tematiza neles temas como fascismo e democracia; nessa área, não encontramos menção a Claudia Jones em nenhum trabalho acadêmico no nosso país¹⁸.

É possível afirmar que, no Brasil, pouco lemos ou estudamos sobre Claudia Jones. Em relação à sua produção intelectual, temos um único texto publicado em 2017 pela *Revista Estudos Feministas*, o artigo intitulado “Um fim à negligência em relação aos problemas das mulheres negras!”, originalmente escrito em 1949. Há uma ausência de traduções, e o que temos sobre ela chega por meio de coletivos e páginas que nos apresentam algo de sua trajetória e importância na luta comunista. No campo acadêmico, a sua ausência chama atenção tanto nos estudos feministas como no campo marxista. Embora seja uma teórica de importância, não há trabalhos aprofundados sobre sua produção ou que tenham como base seu pensamento.

Destarte, a ausência dessa pensadora não diz respeito apenas à nossa historiografia. Connie Johnson (2009), ao fazer um levantamento bibliográfico sobre as produções de Jones e suas contribuições para o Partido Comunista dos Estados Unidos, encontrou uma tese de doutorado e uma de mestrado em destaque, *Claudia Jones: A life in exile* (2000) e *Left of Karl Marx: The political life of black communist Claudia Jones* (2008). Destaca, ainda, a presença de uma análise na obra *Red Feminism* (2001), no entanto, coloca essa presença como uma exceção e afirma que o nome de Claudia Jones é mais citado em páginas, produções independentes na internet e sites de movimentos sociais (Johnson 2009, 29), padrão que se mantém no Brasil¹⁹.

Outras pesquisas de relevância são as empreendidas pela historiadora Lydia Lindsay, responsável por reunir grande parte do acervo sobre a vida de Jones, e as pesquisas do historiador Eric McDuffie, que empreende uma análise sobre o feminismo negro radical na velha esquerda e dá o devido destaque à atuação de Jones. Atualmente, o nome de Claudia Jones ganha destaque nos estudos do país e, hoje, é possível encontrar arquivos e memoriais em sua homenagem²⁰, resultado de um novo fazer historiográfico que se dedica a uma história vista e teorizada pelos subalternizados.

No Brasil, vemos um movimento similar no que tange à ausência de livros sobre comunistas negras dos Estados Unidos. Embora o feminismo negro esteja chegando com mais força no país, o que é possível identificar pelas traduções a partir de 2015, quando o mercado editorial nos traz pensadoras estadunidenses como Angela Davis, bell hooks, Audre Lorde e Patrícia Hill Collins, acreditamos que se faz importante conhecermos a tradição marxista

¹⁸ Consultamos o catálogo de teses e dissertações da Capes e não encontramos nenhum trabalho dedicado ao pensamento de Claudia Jones. Ao estendermos nossas buscas através do site *Google Acadêmico*, encontramos a dissertação *ENTRE ATIVISMOS E PAN-AFRICANISMOS: “TRAVESSIAS” INTERNACIONAIS DE MULHERES NEGRAS*, publicada em 2021, de autoria da Blenda Santos de Jesus, que dedica um tópico do quarto capítulo de seu trabalho para apresentar a vida e trajetória de Claudia Jones, sendo este o único trabalho que encontramos. Ao buscarmos trabalhos que discorrem sobre democracia e fascismo, não há referência à autora aqui estudada.

¹⁹ No Brasil, a maioria dos artigos escritos sobre Claudia Jones estão em páginas de jornais ou perfis independentes na internet.

²⁰ Claudia Jones Memorial Collection, 1935-1998. Schomburg Center for Research in Black Culture, Manuscripts, Archives and Rare Books Division, New York; Public Library.

negra que as antecedeu, preocupação exposta no livro *Interseccionalidade* (2021), de autoria de Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge, que destaca a necessidade de olharmos para as raízes do pensamento interseccional e cita feministas negras estadunidenses, como Louise Thompson e Barbara Smith.

É nesse contexto que situamos a ausência de estudos sobre Claudia Jones, que pouco aparece nos trabalhos no campo da historiografia. Não conseguimos localizar no catálogo de teses e dissertações da Capes e através do *Google Acadêmico Brasil* trabalhos de conclusão de graduação, na modalidade de monografias, dissertações ou teses dedicadas de forma exclusiva ao seu pensamento e ao pensamento de comunistas negras dos Estados Unidos. Frisamos que, apesar de não serem encontrados trabalhos dedicados exclusivamente à produção de Claudia Jones, temos a dissertação de mestrado *Entre ativismos e pan-africanismos: “travessias” de mulheres negras* (2021), em que Blenda de Jesus analisa o pensamento de mulheres negras em diáspora, apresenta e aproxima Claudia Jones, Lélia Gonzalez²¹ e May Ayim²². A pesquisa supracitada emerge nas ausências, trazendo essas sujeitas enquanto intelectuais em diáspora, que dialogam em reflexões teóricas quanto ao gênero.

Essas lacunas nos fazem querer interpelar os motivos pelos quais Claudia Jones foi e é, ainda, tão silenciada em nossa produção marxista e feminista. Carole B. Davies (2007) destaca que, nos Estados Unidos, há um esquecimento proposital que faz parte do projeto de Estado do país para eliminar uma sujeita radical negra; sendo ela encarcerada, exilada, resta o projeto de apagamento da sua memória (Davies 2007, XVII). Em paralelo, a pesquisadora destaca que, em Londres, lugar em que Claudia Jones viveu seus últimos anos, era possível encontrar organizações, escolas e exposições em sua homenagem; em contrapartida, não ocorreu no país que viveu a maior parte da sua vida, não.

Na biografia escrita por Carole B. Davies, *Left of Karl Marx: The political life of black communist Claudia Jones* (2008), é apresentada a necessidade de olhar para Claudia Jones como uma feminista negra radical e anti-imperialista. Sobre a trajetória intelectual e política, a autora a conecta a diversas tradições de pensamento e nos apresenta uma teórica articulada com diversos grupos. Claudia Jones aparece como um importante nome entre as mulheres negras comunistas no país e internacionalmente, parte da comunidade afro-estadunidense, é um nome incontornável na tradição radical negra e, ainda, uma forte referência no grupo de intelectuais da comunidade caribenha (Davies 2008, 20).

É nessa chave que entendemos Claudia Jones, como uma sujeita radical em diáspora e, por isso, compreendemos que tanto o racismo presente no nosso mercado editorial de esquerda quanto o anticomunismo no Brasil são fatores que influenciam para a chegada tardia dessa teórica feminista e marxista. Temos uma pensadora em diáspora e exílio que constituiu seu pensamento e ativismo dentro dessas experiências. Davies (2008) nos diz que não podemos reduzir o seu pensamento a uma única tradição, porque, dentro da multiplicidade da sua elaboração teórica e experiência, Jones faz parte da tradição radical negra; da tradição intelectual radical caribenha; história e política afro-americana nos Estados Unidos; pan-africanismo e teoria feminista (Davies 2008, XIX).

²¹ Lélia de Almeida Gonzalez (1935-1994) foi uma intelectual, escritora, ativista, filósofa e antropóloga brasileira. Um dos principais nomes do feminismo no país, destaca-se por sua produção e atuação política contra o racismo e o sexismo.

²² May Ayim foi uma escritora, poeta, educadora e ativista alemã. Suas pesquisas dedicam-se a pensar a negritude alemã. Sua tese *Afro-Deutsche: Ihre Kultur- und Sozialgeschichte aus dem Hintergrund gesellschaftlicher Veränderungen* (Afro-alemãs: sua história cultural e social no contexto da mudança social) marca o debate em torno da situação da população afro-alemã e sua luta política na Alemanha.

Embora, aqui, nos dediquemos à sua produção sobre os Estados Unidos, por compreender a relevância de sua análise para o país, é fundamental compreender suas análises internacionalistas. Todos esses conhecimentos resistiram às tentativas de apagamento e silenciamento, por isso, aqui, além de apresentar Jones, que se faz relevante devido ao pouco material sobre ela disponível no Brasil, buscamos nos dedicar a compreender alguns aspectos do seu pensamento no que tange à tripla opressão e à sua análise do fascismo nos Estados Unidos, que veremos mais adiante.

O PARADIGMA DA TRIPLA OPRESSÃO: PENSANDO OS ESTUDOS INTERSECCIONAIS

Os estudos interseccionais se consolidaram no campo acadêmico brasileiro. Uma vasta bibliografia, produzida a partir das traduções da jurista Kimberlé Crenshaw, demarca os estudos que visam a problematizar como raça, classe, gênero, sexualidade e outros marcadores identitários e sociais perpassam a vida de um sujeito (Menezes; Silva 2020). No Brasil, antes do surgimento do conceito, “vozes feministas brasileiras das décadas de 1970 e 1980 já chamavam a atenção para a multiplicidade de opressões e seus atravessamentos na vida de sujeitos e/ou grupos sociais e historicamente marginalizados” (Casemiro; SILVA, 2021, 03). Pensadoras como Lélia Gonzalez, Maria Beatriz Nascimento²³, Sueli Carneiro²⁴ marcam uma produção que desenvolve uma lente analítica para as análises sobre construção da identidade nacional, mito da democracia racial e desigualdades em torno da população negra a partir do paradigma da tripla opressão. Essas intelectuais buscaram uma compreensão de mundo através de uma teoria que levasse em consideração raça, classe e gênero, assim, priorizando em seus estudos pensar o lugar da mulher negra em uma sociedade patriarcal e estruturada pelo racismo, o que dialoga diretamente com o pensamento de outras mulheres negras, como a Claudia Jones.

A popularização do conceito no Brasil se dá com mais ênfase junto à publicação da obra *Interseccionalidade*, de autoria de Carla Akotirene (Casemiro; Silva 2020). Apesar de ser um conceito novo, se compreendermos o período de surgimento do termo, no final da década de 1980, feministas negras se empenham para mapear estudos que antecederam o conceito. No Brasil, o conceito de interseccionalidade vem ganhando cada vez mais espaço para o desenvolvimento de políticas públicas e nos mais diversos campos de produção do conhecimento²⁵.

²³ Mulher negra sergipana, migrou para o Rio de Janeiro com a família ainda na infância. Beatriz Nascimento foi historiadora, professora, roteirista, poeta e ativista. Seus principais escritos estão organizados na coletânea *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição*, publicada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas, 2018.

²⁴ Aparecida Sueli Carneiro é uma filósofa brasileira, escritora e ativista pelo antirracismo, do movimento social negro brasileiro, fundadora e atual diretora do Geledés – Instituto da Mulher Negra e considerada uma das principais autoras do feminismo negro no Brasil. É autora de uma das principais obras no campo da filosofia sobre raça e racismo, intitulada *A construção do outro como não ser como fundamento do ser* (2005).

²⁵ A atual gestão do Ministério da Igualdade Racial (MIR), que tem como ministra a Anielle Franco, vem dando uma atenção notável para o uso da interseccionalidade no desenvolvimento de políticas para a igualdade racial: recentemente, o Atlânticas – Programa Beatriz Nascimento de Mulheres na Ciência, que visa a ampliar a participação de mulheres negras, ciganas, quilombolas e indígenas na ciência; o projeto “Redes Antirracistas”, que buscou incentivar 40 projetos na Rede Federal voltados para educação antirracista, tendo como objetivo oportunizar a igualdade de oportunidades para a juventude negra. Destacamos, ainda, o primeiro Plano

Em *Mulheres, Cultura e Política* (2017), Angela Davis, ao falar de empoderamento, afirma que, antes da ressignificação pelo feminismo negro, as mulheres negras, desde as *plantations*, precisaram empoderar-se para resistir às violências da escravidão. Para ela, o fortalecimento do “eu” é parte fundamental nas organizações de mulheres negras; a construção positiva de si seria instrumento de empoderar-se para a construção coletiva da luta. Assim, ela compreende que, nas lutas cotidianas, as mulheres negras já exerciam o empoderamento social em prol do coletivo antes do surgimento do termo. Partindo dessa ótica de que o pensamento de mulheres negras faz parte de um continuum, podemos compreender a interseccionalidade enquanto uma ferramenta teórica que já se apresentava em produções que analisavam a experiência dessas sujeitas a partir do ponto de serem negras e mulheres dentro do sistema capitalista.

Uma preocupação apresentada por Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) a respeito da interseccionalidade é que a demarcação dos estudos baseados no surgimento do conceito contribuiu para o apagamento da produção de diversas intelectuais negras, tanto dos Estados Unidos quanto do Sul Global, que já estavam produzindo uma epistemologia centralizando a exploração de classe articulada a raça e gênero. Sueli Carneiro (1995; 2020) apresenta um estudo no qual mulheres pretas e pardas aparecem ocupando os piores cargos de serviço, com menor remuneração e com os piores índices educacionais, por exemplo. Como enfatiza Jurema Werneck²⁶, nossos passos vêm de longe, e rastreando os passos que antecedem os estudos interseccionais nos Estados Unidos, Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge apontam que

Mulheres de cor e simpatizantes levaram ao mundo acadêmico ideias como multiplicidade de opressões, a importância das políticas identitárias e o significado de transformação estrutural que moldou seus entendimentos sobre a incorporação institucional. (...) O acesso aos cargos acadêmicos permitiu que as mulheres afro-americanas levassem diretamente para academia ideias da política feminista negra por meio de vários projetos de feminismo negro, estudos de raça/classe/gênero, estudos étnicos e estudos chicanos. Os principais trabalhos realizados por mulheres afro-americanas, estabelecendo as bases para o que ficou conhecido como interseccionalidade, incluem *Civil Wars* [Guerras Civis], de June Jordan; o livro clássico de Audre Lorde, *Irmã outsider*; e o livro inovador de Angela Davis, *Mulheres, raça e classe*. (Bilge; Collins 2021, 106).

As autoras discorrem sobre a existência, nessas obras, de uma análise que explicita a interconectividade de raça, classe e gênero como sistemas de poder. As experiências de militância, dentro dos movimentos sociais, contribuíram para que essas teóricas articulassem um pensamento voltado para uma práxis política direcionada a pensar as mulheres negras, o que elas denominam de uma práxis interseccional (Bilge; Collins 2021, 106). A obra *Interseccionalidade* (2021) apresenta a preocupação de traçar uma trajetória do termo ligada às intelectuais e militantes e a seus respectivos projetos políticos. O resgate das que antecederam é feito com o objetivo de pensar uma trajetória das ideias elaboradas por mulheres negras que desembocam nos estudos interseccionais contemporâneos. A obra se destaca, ainda, tanto por descentralizar a

Nacional para os Povos Ciganos. Esses e outros projetos utilizaram da interseccionalidade para pensar formas específicas para atingir grupos específicos da sociedade brasileira.

²⁶ Jurema Pinto Werneck é médica, pesquisadora, cofundadora da organização não governamental Criola e diretora-executiva da Anistia Internacional no Brasil.

interseccionalidade dos Estados Unidos, trazendo experiências de diversos países, quanto por mencionar obras anteriores que contribuíram para essa construção de pensamento.

Carole B. Davies (2008) aponta que muito do que foi elaborado por Angela Davis em *Mulheres, raça e classe* (1989; 2016) foram teorias que vinham sendo desenvolvidas desde o início do século XX por comunistas negras. Em sua autobiografia, Angela Davis destaca a importância de ler Claudia Jones e, posteriormente, dedicar textos exclusivos ao pensamento dela. No Brasil, encontramos na obra *A liberdade é uma luta constante* (2018) um capítulo que aborda a trajetória de Jones. No entanto, Claudia Jones não aparece citada nos livros sobre interseccionalidade traduzidos e produzidos no Brasil.

Eric McDuffie (2012), analisando o feminismo negro nos Estados Unidos, argumenta que, na velha esquerda²⁷, surge um feminismo negro de esquerda no bojo do marxismo. Examinando a produção teórica e atuação militante, ele atribui às mulheres dentro do CPUSA as elaborações teóricas utilizando o termo “tripla opressão”. Ele apresenta Louise Thompson, uma militante do partido, ativista e professora, a articulação do termo ainda na década de 1930, objetivando pensar a tripla exploração que perpassa as mulheres negras e tensionando o partido a dar centralidade para a condição da trabalhadora negra, que precisava, para a autora, de um olhar específico, pois sua situação não era a mesma da classe trabalhadora branca e masculina.

McDuffie (2012) aponta, ainda, que a ideia de tripla opressão circulava na produção e militância dessas mulheres, mas foi com Claudia Jones, na década de 1940, que o termo se popularizou. No texto “Um fim à negligência em relação aos problemas da mulher negra!” (1949; 2017), artigo publicado na revista *Political Affairs*, Jones tece críticas aos comunistas estadunidenses pelas suas inabilidades de mobilização das mulheres negras, entendendo que elas faziam parte da camada superexplorada, apontando que essas sujeitas estariam na vanguarda da luta revolucionária e seriam pilares para um movimento internacionalista contra o fascismo e o imperialismo.

Nesse sentido, faz-se necessário pensar a contribuição de Jones e a forma como aplicava o uso do termo *tripla opressão* para compreender a superexploração da mulher negra, e como a luta antifascista passava diretamente pela luta por emancipação das mulheres. Marxista-leninista, ela desenvolve os conceitos de “superexploração” e opressão tripartida, centralizando o paradigma da tripla opressão, como aponta Lydia Lindsey (2019), ambos presentes na raiz da interseccionalidade. Compreendendo melhor as ideias de Jones, retomamos Vladimir Ilitch Uliánov (2021), que, ao pensar capitalismo e trabalho feminino, nos traz que

São essas mulheres que o capitalismo mais deseja empregar como empregadas [em] domicílio, mulheres que são preparadas para salários absurdamente baixos para “ganhar um pouco mais” para si e suas famílias por um mísero pedaço de pão. É também dentre essas mulheres que os capitalistas de todo o mundo recrutam, para si (como os antigos proprietários de escravos e os senhores feudais medievais), um número qualquer de concubinas pelos preços mais “razoáveis” (Lênin 2021, 60).

²⁷ A divisão das esquerdas nos Estados Unidos se dá: “a velha Esquerda, marcada pelo socialismo e pela experiência da grande Depressão, e que teve seu ápice nos anos 30; a Nova Esquerda dos anos 60 e, finalmente, a esquerda acadêmica que a teria sucedido, ligada à produção intelectual universitária, questionadora dos valores tradicionais e dedicada às causas das minorias” (Sousa 2007, 24).

Ao trazer o caráter de exploração do trabalho das mulheres, Lênin argumenta em dois aspectos: destaca a superexploração que faz essas sujeitas receberem salários indignos para sobrevivência, embora exerçam a mesma carga de trabalho, sendo uma camada superexplorada, remontando a condições históricas da escravização; e a exploração sexual a que as mulheres estão submetidas devido ao empobrecimento. Dois aspectos interessantes são a centralidade no trabalho doméstico e sexual, e como, em sua análise, conecta as condições no período da escravização.

Embora seja um avanço no debate sobre gênero e trabalho, já que estamos falando de um texto de 1913 publicado no principal veículo de comunicação comunista, o *Pravda* (A verdade), Claudia Jones complexifica ao apontar que, dentro da leitura de Lênin, falta o aspecto racial. Para compreender a realidade das mulheres que ocupam os trabalhos domésticos e sexuais nos Estados Unidos, é necessário observar que são as mulheres negras que majoritariamente estão nos lugares mais subalternizados.

A superexploração dentro de termos marxistas compreende que a classe trabalhadora pode ser dividida em linhas raciais, o que condicionava uma superexploração de alguns grupos (Lindsey 2019, 12). Pensando uma sociedade tripartida, Jones apresenta que há uma terceira fonte de opressão, que é o gênero. Ancorada também nas reflexões de William E. B. Du Bois²⁸ sobre a classe trabalhadora branca nos Estados Unidos e as hierarquias estruturadas pela raça, ela desenvolve uma análise que pensa especificamente a situação da mulher negra, que é o extrato mais explorado do país.

Situando as referências de Claudia Jones dentro da tradição radical feminista negra e retomando as colaborações de outras mulheres negras, é destacada a influência de Louise Thompson Patterson, já citada anteriormente. Em 1936, Louise Thompson utiliza o termo tripla opressão para analisar a situação das mulheres negras como trabalhadoras e negras dentro do capitalismo, em um artigo publicado no *The Working Woman* intitulado “*Toward a Brighter Dawn*”.

Claudia Jones, naquele mesmo ano, estava atuante para a criação do sindicato das trabalhadoras domésticas que viviam em condições de trabalho cada vez mais pauperizadas. O “mercado de escravos do Bronx”, onde mulheres negras ficavam expostas oferecendo sua mão de obra sem garantia de remunerações, desenha esse processo de vulnerabilidade e exploração (Davis 2016). Em 1949, ela escreve que há uma hipocrisia dos sindicalistas progressistas que possuíam um lema interno que era “organizar os desorganizados”, incluindo as mulheres negras; ela afirma que a hipocrisia estava em não compreender o trabalho doméstico como trabalho, e negligenciar isso refletia mais a desorganização do CPUSA do que dessas trabalhadoras.

Uma das mais grosseiras manifestações da negligência sindical com os problemas da mulher negra trabalhadora tem sido a incapacidade, não somente em lutar contra o fato de ser relegada ao trabalho doméstico e outros similares trabalhos servis, mas de organizar a trabalhadora doméstica. É uma hipocrisia dos sindicalistas progressistas falar em organizar os desorganizados sem atentar para a grave situação da trabalhadora doméstica, que, desprotegida do direito sindical, fica, também, excluída de toda a legislação social e trabalhista (Jones 2017, 1009).

²⁸ William Edward Burghardt Du Bois foi um sociólogo, historiador, socialista e pan-africanista. Autor e editor norte-americano, tem uma ampla bibliografia. Chegou ao Brasil recentemente a tradução de algumas de suas principais obras, como *Almas do Povo Negro*, em 2021, e *O negro na Filadélfia: um estudo social*, em 2023.

O texto direcionado ao CPUSA é direto na crítica à falta de mobilização do partido em torno das questões que afetavam as trabalhadoras negras, defendendo que, devido à estrutura colonial, essas mulheres eram uma massa superexplorada; no entanto, ao contrário do que entendiam os sindicalistas progressistas, essas sujeitas formavam uma massa organizada e combativa. Claudia Jones destaca que a mulher negra tem um papel ativo na vida econômica, social e política da comunidade. Muitas delas eram a chefe da família, apresentando dados que mostram que, naquele período, havia nos Estados Unidos cerca de 2 milhões e 500 mil mulheres negras organizadas em organizações políticas, clubes e Irmandades Negras.

Ela cita algumas organizações proeminentes até o final da década de 1940 que têm liderança ativa de mulheres negras, entre elas, a *National Association of Black Women* (Associação Nacional de Mulheres Negras); *National Council of Black Women* (Conselho Nacional de Mulheres Negras); *National Federation of Women's Clubs* (Federação Nacional de Clubes de Mulheres); *Women's Division of Elks' Civil Liberties Committee* (Divisão Feminina do Comitê de Liberdades Cívicas da Fraternidade Elks); *National Association of Colored Beauticians* (Associação Nacional de Esteticistas Negras); *National Negro Business Women's League* (Liga Nacional de Comerciantes Negras); e *National Association of Colored Graduate Nurses* (Associação Nacional de Enfermeiras Negras) (Jones 2017, 1008).

Claudia Jones evidencia organizações diversas de trabalhadoras negras, desde as organizações nacionais, que buscavam atender às demandas mais amplas, até as associações que se formavam por categoria trabalhista, como as associações de enfermeiras e esteticistas negras. Essa foi uma forma de pressionar o partido a elaborar um discurso mais complexo em torno da questão do trabalho, sindicalismo e negritude. O argumento de que a ausência de mulheres negras seria por falta de organização não convence a autora, que acompanha diretamente o trabalho político dessas sujeitas.

A reduzida participação de mulheres negras em círculos progressistas e sindicais é um tanto quanto surpreendente. Em sindicato após sindicato, mesmo aqueles com forte concentração de trabalhadoras negras, poucas mulheres negras se encontram em posições de liderança. (...) Mas, por que a participação de mulheres nesses sindicatos deve ser exceção? Mulheres negras estão entre as mais combativas militantes sindicais. As greves de arrendatários de terra dos anos de 1930 foram lideradas por mulheres negras. Sujeitas ao terror dos proprietários de terras e supremacistas brancos, elas travaram magníficas batalhas, em companhia de homens negros e brancos progressistas, nessa tradicional luta do Partido Comunista (Jones 2017, 1008).

Avivar a atuação das lideranças negras foi uma forma de debater o chauvinismo branco dentro do CPUSA e de outros sindicatos que tratavam as mulheres negras de maneira paternalista e não as viam como revolucionárias, ou que poderiam liderar as revoluções. As greves lideradas por elas mostravam como articulavam a luta contra a antinegritude, a exploração de classe e o sexismo. Assim, ela defenderá que, na luta pelos direitos dos trabalhadores, é necessária uma abordagem especial aos problemas das mulheres negras por estarem em trabalhos precarizados e, ainda, serem as principais chefes de famílias.

Como ferramenta de análise, a categoria tripla opressão será central em seus artigos. Sua preocupação em refletir como as dificuldades econômicas em torno dessas mulheres é um projeto imperialista, que faz uso do racismo e sexismo para extrair uma mão de obra mais pauperizada, a faz entender que uma

análise da exploração de classe desvinculada das opressões de gênero e raça não daria conta de explicar a situação desse grupo de trabalhadoras e suas especificidades no mercado de trabalho. A tripla opressão irá ser usada para tensionar a ideia de uma classe operária homogênea e complexificar as análises dos antagonismos dentro da mesma classe.

Claudia Jones compreende que o chauvinismo branco não é uma característica presente apenas nos capitalistas; como ideologia, ele se espraia e possui uma funcionalidade na desestabilização da luta de classes. A ideia de uma superioridade branca gera um antagonismo dentro da própria classe operária, o que complexifica uma leitura marxista dentro da análise do que formaria classes antagônicas. Essa ideia, para a autora, seria também um dos motivos do enfraquecimento da luta sindical, que, geralmente liderada por homens brancos, desprende pouca ou nenhuma atenção à luta das mulheres negras, e, quando o fazem, é de um local paternalista com uma perspectiva salvacionista.

Por conseguinte, por estarem situadas em uma dimensão da luta de classes que não pode ser analisada sem a devida intersecção das opressões de raça e gênero, faz-se necessária uma ferramenta analítica que pense essa superexploração de uma fração da sociedade estadunidense. A proposta analítica da tripla opressão dialoga diretamente com o campo dos estudos interseccionais contemporâneos. Nesse sentido, quando Sirma Bilge e Patrícia Hill Collins (2021) falam da importância de pensarmos as raízes da interseccionalidade enquanto teoria que vinha sendo elaborada antes do surgimento do conceito, situamos a contribuição da Claudia Jones dentro dessa tradição de mulheres negras que desenvolveram uma epistemologia conectada ao ativismo e, a partir de suas experiências, desenvolveram também uma categoria para uma aplicação teórica e explicativa para luta e vida dessas sujeitas.

Como focaliza Lydia Lindsey (2019), o conceito de opressão tripartida, ou tripla opressão, é intergeracional, acentuando que Claudia Jones pode ser vista como um nome importante na popularização da ideia; no entanto, é algo que vinha sendo gestado e reelaborado. Dando destaque à elaboração teórica de mulheres negras, podemos destacar algumas integrantes do CPUSA, como a Louise Thompson, que, ainda na década de 1930, utilizava a categoria tripla opressão para falar sobre a mulher negra trabalhadora nos Estados Unidos.

Essas intelectuais buscavam explicar a superexploração a partir de categorias do marxismo e embasaram isso, dando atenção para a inseparabilidade dos sistemas de exploração dentro do capitalismo, o que, em certa medida, é o cerne dos estudos interseccionais contemporâneos. Claudia Jones irá transitar em temas que ainda eram pouco explorados na década de 1950, como o papel das mulheres negras tanto no trabalho como na maternidade, além de compreender que a perseguição dessas mulheres dentro dos Estados Unidos tinha uma razão econômica preponderante.

Para compreender esse cenário, ela se volta a pensar a perseguição contra as mulheres negras pelo fascismo estadunidense. Em sua leitura, as mulheres negras eram historicamente a “guardiã e protetora da família negra” (Jones 2017, 1003). Ao situar essas mulheres como mães, trabalhadoras e negras, ela aponta que é do interesse da burguesia a pauperização dessas mulheres, como forma de minar a comunidade negra de maneira geral.

Visto sob esta luz, não é um acidente que a burguesia americana tenha intensificado a opressão, não somente contra o povo negro em geral, mas contra a mulher negra em particular. Nada expõe tanto a pulsão fascista na nação (americana), que a atitude indiferente que a burguesia demonstra e cultiva às mulheres negras (Jones 1949, 1003).

Destacando os falsos ideais de democracia dos Estados Unidos, no momento sob a gestão de Harry Truman, que “se gaba de exportar democracia para o mundo” e de que o país é o mais promissor para os direitos femininos, ela destaca que, dentro do próprio território, havia um projeto de encarceramento e privação de liberdade de centenas de pessoas. Claudia Jones aponta que “muito ao contrário [do amor e reverência professados por Truman], mulheres negras – enquanto classe trabalhadora, como negras e mulheres – são o estrato mais oprimido de toda a população” (Jones 2017, 1004). Relacionando as condições de vida e trabalho de mulheres brancas, ela apresenta que, em 1940, “duas a cada cinco mulheres negras, em contraste com duas em cada oito mulheres brancas, trabalham para viver” (Jones 2017, 1004).

Pensando no contexto do pós-emancipação, expõe como as mulheres negras são obrigadas a trabalhar em condições sub-humanas e longe de qualquer garantia para sobreviverem, sendo confinadas aos empregos de pior remuneração. Em relação às mulheres brancas, ela analisa que, mesmo depois de casadas ou solteiras, o trabalho não deixa de ocupar parte considerável da vida de uma mulher negra. Tema destacado na obra *Mulheres, raça e classe* (2016), Angela Davis compreende que, nas *plantations*, não havia distinção de gênero na forma de exploração do trabalho, a distinção se dava na exploração sexual. O trabalho iria ocupar, tanto na colonização quanto depois, parte significativa do tempo das mulheres negras, o que, segundo Claudia Jones, fazia parte do projeto da burguesia, pois excluir as mulheres negras de postos que garantissem melhores condições de trabalho, justamente pela lógica de superexploração dessa mão de obra, se tornava uma forma de desestabilizar toda a comunidade negra.

Claudia Jones avulta a pulsão fascista dos Estados Unidos, que direciona para a mulher negra projetos de extermínio naturalizados dentro de uma pretensa democracia, a partir da concepção de tripla opressão, desenvolve uma análise internacionalista da luta feminista negra e compreende que o fenômeno do fascismo no país tem, em sua centralidade, o chauvinismo branco. De modo que a perseguição às mulheres negras, a retirada de direitos democráticos e a caça aos militantes negros e comunistas seriam uma expressão da supremacia branca e ausência democrática naquele território. Por conseguinte, compreende que pensar os direitos dessas sujeitas está ligado diretamente ao desenvolvimento de um projeto, que podemos entender como antifascista, no país. Para tal, dedica-se a pensar sobre o fascismo e suas implicações nos Estados Unidos.

A APLICAÇÃO DA CATEGORIA “TRIPLA OPRESSÃO” PARA PENSAR OS DIREITOS DAS MULHERES E O CHAUVINISMO BRANCO

Claudia Jones foi presa três vezes, até sua deportação para Londres. O seu primeiro encarceramento foi em 19 de janeiro de 1948, encarcerada sob a Lei de Imigração de 1918²⁹, e liberta um dia depois sob pagamento de fiança, em 20 de janeiro. A primeira ameaça de deportação para Trinidad chega no dia 26 de janeiro do mesmo ano (Davies 2024, 04). Claudia mantém suas atividades políticas, atua com o setor de mulheres do Partido pela paz e igualdade, participa

²⁹ A Lei de Imigração, também conhecida como *Immigration Act of 1918*, foi uma legislação que impôs restrições mais rigorosas à imigração nos Estados Unidos. A Lei desenvolveu medidas para barrar imigrantes e comunistas no país. Essa medida é a antecessora do *Smith Act* (Lei do Registro de Estrangeiros) de 1940, que requeria o registro e a datiloscopia dos estrangeiros e proibia a qualquer pessoa advogar a derrubada do nome do governo pela força ou filiar-se sabidamente a qualquer grupo que advogasse.

de organizações de comícios e continua ativa nas atividades de recrutamento de membros para o CPUSA.

Em 1950, é detida pela segunda vez, dessa vez, enquadrada na Lei McCarran³⁰. Esse encarceramento é subsequente ao seu discurso “O Dia Internacional das Mulheres e a Luta pela Paz”, feito em março na celebração do dia das mulheres. Essa sua fala é marcante, e ela irá ser usada como prova na audiência de deportação. Considerado subversivo, o discurso era um chamado contra a guerra bipartidária de Truman³¹; nele, ela relaciona ao feriado a luta das mulheres contra o imperialismo e as guerras:

O significado especial deste feriado este ano, seu significado particular para os trabalhadores, progressistas, comunistas e para as mulheres trabalhadoras americanas em geral, pode ser encontrado na condenação generalizada, entre os inúmeros setores do povo americano, da ordem a sangue frio de Truman para produzir a bomba de hidrogênio e inaugurar uma corrida suicida de armas atômicas. Não gostar dos ideólogos imperialistas do “Século Americano” é a crescente indicação de milhões de mulheres americanas de sua oposição à guerra bipartidária de Truman (Jones 2024, 210).

Claudia Jones destaca a oposição antiguerra de diversas organizações de mulheres no país. Ela aponta como alguns grupos de mulheres protestantes estão se organizando contra a guerra, a partir de um olhar que só acarreta miséria e empobrecimento para a população. Apresenta, ainda, como mulheres progressistas estão veementemente se opondo à guerra contra a União Soviética, e cita a declaração da Liga Internacional para a Paz e Liberdade, se opondo contra as medidas do Estado em relação às guerras. O seu discurso destaca o movimento de mulheres pela paz que ocorreu em Boston, “Salve a Paz – Fora Lei da Bomba Atômica”, que reuniu mais de 6 mil mulheres de diversas organizações (religiosas, sindicais, fraternidades negras, organizações de classe média, entre outras) que estavam lutando pela paz (Jones 2024, 210-211).

O seu discurso é aglutinador. Ela era conhecida no partido por ser uma organizadora; o seu discurso busca a unificação das lutas das mulheres, sempre aponta como há demandas em comum dos movimentos de mulheres protestantes, progressistas, de fraternidades; ela unifica através do gênero, da raça e da classe, o interesse de milhões de mulheres, que aparentemente estão em pontos ideológicos opostos. Nesse aspecto, ela instiga as mulheres a se engajar na luta pela paz, destacando que a luta coletiva das mulheres é maior que um sentimento de paz, mas a busca através da luta por ela, as formações comunitárias e as linhas de frente compravam a determinação das mulheres.

Sua fala enfatiza que há uma necessidade de disputar politicamente a massa de mulheres da influência dos agentes imperialistas, e buscar a formação de um senso coletivo de luta que deveria ser internacionalista. Esse é um ponto de destaque em seu pensamento: ela via a exploração de classe junto com as opressões de gênero e raça como as questões centrais para aglutinar a luta de

³⁰ Lei de Segurança Interna, 1950. Lei do Congresso (aprovada a despeito do veto do presidente Truman) que exigia o registro de organizações comunistas e da frente comunista e proibia a imigração para os Estados Unidos de quem já tivesse sido membro de alguma organização totalitária. Ficou conhecida como a “Lei dos Campos de Concentração”, por sua rigidez e arbitrariedade, os encarceramentos podiam ser imediatos e ampliou a deportação dos imigrantes e comunistas.

³¹ Harry S. Truman assumiu a presidência dos Estados Unidos após a morte de Franklin D. Roosevelt em 1944, permanecendo no cargo até 1953. Conhecido pelo seu “punho de ferro” na caça aos traidores da pátria, após a Segunda Guerra e o início da Guerra da Fria, seu governo marcou um período de caça aos comunistas e de leis rigorosas contra a imigração no país.

trabalhadores do mundo. Ela defende que, se o racismo, o fascismo e patriarcado atingem esses grupos ao redor de todo o mundo, a resistência deveria ser internacionalista.

Portanto, uma condição fundamental para reunir as massas de mulheres americanas no campo da paz é libertá-las da influência dos agentes do imperialismo e despertar seu senso de internacionalismo com milhões e milhões de suas irmãs em todo o mundo, para protestar contra a repressão e medidas mortíferas realizadas contra as inúmeras mulheres vítimas dos fantoches de *Wall Street* na Itália Marshallizada, na Grécia e na Espanha fascistas, para vinculá-las à solidariedade com as mulheres anti-imperialistas, unidas, 80 milhões em 59 países da Federação Democrática Internacional das Mulheres, que estão na linha de frente da luta pela paz e pela democracia (Jones 2024, 212).

Sua percepção em torno da luta das mulheres aponta para a possibilidade de unificação de frente. Para ela, as mulheres são uma das maiores forças políticas naquele momento e essa luta precisa ser direcionada para a libertação dos povos. Nos trechos subsequentes do seu discurso, ela demonstra um conhecimento muito amplo das lutas das mulheres pelo mundo, citando a resistência de mulheres francesas, alemãs e italianas; também destaca a luta das mulheres africanas e chinesas, o que nos faz perceber que ela desloca sua análise tanto dos Estados Unidos quanto da Europa. É uma pensadora que está atenta às nacionalidades e particularidades dos movimentos ao redor do mundo, no entanto, está vigilante aos pontos que aglutinam as massas para formação de uma frente única anti-imperialista. Como exemplo da luta de mulheres em África e na China, ela discursa:

Na África, as mulheres barricaram estradas com seus corpos para evitar que seus homens fossem levados como prisioneiros em uma greve militante carregada de *slogans* anticolonialistas e de paz. E quem pode medir o medo capitalista da emulação pelas mulheres negras e brancas das lutas desse povo, particularmente das mulheres da China (como refletido na Conferência de todas as mulheres asiáticas realizada em dezembro passado em Pequim), cujos laços feudais foram cortados para sempre como resultado da grande vitória da Revolução Popular Chinesa? (Jones 2024, 2013).

Atenta aos movimentos de mulheres ao redor do mundo, ela destaca como há articulação e luta das mulheres dentro de toda experiência de resistência, e são essas que precisam ser pensadas como articuladoras de um movimento internacionalista. As mulheres e a população negra, estando em um local de exploração continuada, são os principais mobilizadores contra a exploração capitalista. Nesse sentido, a centralidade do seu pensamento está em uma luta negra, feminista e anti-imperialista, de modo que o CPUSA precisaria compreender as demandas dessas massas que estão em disputas com o imperialismo. Sua crítica dentro do partido vem justamente contrapor uma ideia de que a massa estaria desorganizada e, por isso, não se alinhava à luta partidária. Destarte, é comum em seus escritos chamar atenção para o despreparo dos partidos em lidar com problemas concretos da classe trabalhadora tendo em vista sua diversidade.

Claudia Jones tem uma preocupação direta com o desenvolvimento da luta internacionalista tendo como ponto central a união da classe trabalhadora, sem perder de vista a dimensão das reproduções da subjetividade dela. O chauvinismo branco seria um antagonismo dentro da classe trabalhadora, rompendo com a ideia de que o antagonismo de classe seria a única linha de

divisão dentro da sociedade, complexificando a leitura em torno da classe trabalhadora e reprodução ideológica. Para ela, era possível existir um forte antagonismo criado pela supremacia branca, que impedia uma união, de fato, da classe trabalhadora.

Em seu texto “Nós buscamos a plena igualdade para as mulheres”, publicado no *The Daily Worker* em setembro de 1949, ela destaca que o cerne da luta das mulheres está alinhado às relações do modo de produção da nossa sociedade

Sob o capitalismo, a desigualdade das mulheres decorre da exploração da classe trabalhadora pela classe capitalista. Mas a exploração das mulheres atravessa as linhas de classe e afeta todas as mulheres. O marxismo-leninismo vê a questão da mulher como uma questão especial que deriva da dependência econômica das mulheres em relação aos homens. Essa dependência econômica, como escreveu Engels há mais de cem anos, traz consigo a exploração sexual da mulher, o lugar da mulher na família burguesa moderna, como “proletariado” do homem, que assume o papel da “burguesia” (Jones 2024, 205).

Interessante destacar que, dentro da sua leitura marxista-leninista, ela não se detém a uma compreensão já estabelecida da classe trabalhadora, ao contrário, enfatiza que dentro das dinâmicas de gênero o homem assume o papel de “burguesia” da mulher, esta que seria a “classe trabalhadora” da relação. Essa analogia demonstra que, dentro da classe, há uma hierarquização que pode determinar um sistema de opressão mais complexo. No texto supracitado, ela aponta a necessidade de combater o discurso burguês de inferioridade da mulher, discurso estabelecido pela ciência e que permanece dentro da sociedade, avultando a necessidade de uma luta contra a ideologia de superioridade masculina, que, em sua análise, não pode ser subestimada pelos CPUSA, já que isso pode desarticular a classe trabalhadora.

Análise semelhante encontramos em suas considerações sobre a supremacia branca, que não aparece em sua produção apenas como grupos supremacistas específicos³². Essa supremacia é o poder político, social e econômico, que está difuso por toda a sociedade e concentrada nas mãos dos imperialistas. Assim, as distinções raciais e de gênero são fundamentais para distinguir quem possui poder e determina as dinâmicas sociais. A sua análise compreende o que depois é pensado por Angela Davis, que a raça e o gênero são determinantes no lugar social de um sujeito (Davis 2016).

Para Claudia Jones, os direitos das mulheres e da população negra só poderão ser alcançados alinhados a uma luta anti-imperialista, pois dentro do sistema capitalista não há possibilidade democrática e garantia de direitos para as maiorias minorizadas. Do mesmo modo, não há possibilidade de construir uma luta anti-imperialista descartando, ou tratando de maneira menor, os problemas que atingem “metade da nação”³³. Acentuando as contribuições de Lênin e Stálin, ela evidencia que ambos já compreendiam as mulheres como “as mais oprimidas dos oprimidos”:

³² No Brasil, é comum relacionarmos a supremacia branca a grupos neonazistas e seus simpatizantes, no entanto, nos Estados Unidos, dentro do feminismo negro, é comum uma análise da branquitude a partir do lugar de supremacia. Claudia Jones define como supremacia branca o poder intrínseco e presente no imperialismo, que domina todas as instâncias de poder. Análises semelhantes encontramos em bell hooks, que compreende que os meios midiáticos, educacionais e econômicos nas mãos da branquitude estabelecem sua supremacia.

³³ Claudia Jones destacava que as mulheres representavam metade da população dos Estados Unidos e, mesmo assim, o Partido não desenvolvia políticas que pensassem diretamente a realidade dessas mulheres no país.

Lênin e Stálin ensinaram que a posição das mulheres trabalhadoras na sociedade capitalista como “as mais oprimidas dos oprimidos” faz delas mais do que um exército industrial de reserva, e, sim, parte de pleno direito de um “exército regular do proletariado (Jones 2024, 224)³⁴.

Ao trazer o chauvinismo branco para o centro da análise, Claudia Jones aprofunda as questões já presentes no debate feito por Lênin, Stálin e outros(as) pensadores(as) da época quando destaca o entrelaçamento do imperialismo, da antinegitude e da “questão da mulher”. Se as mulheres eram colocadas como o grupo “mais oprimido entre os oprimidos”, era fundamental pensar como o racismo intensificava a exploração da população negra pela sociedade branca dominante. A categoria “tripla opressão” se torna uma ferramenta analítica para explicar como a ofensiva burguesa atinge, de modo específico, mulheres negras que ocupam esse lugar de superexploração que não se explica a partir de uma leitura de gênero desracializada.

Os ideólogos burgueses não falharam, é claro, em desenvolver uma ofensiva ideológica especial destinada a degradar as mulheres negras, como parte integrante da ofensiva ideológica reacionária geral contra as mulheres de “cozinha, igreja, criança”. Não podem, porém, com equanimidade ou credibilidade, falar do “lugar” da mulher negra como sendo em casa; para as mulheres negras são as cozinhas de qualquer outra pessoa. Assim, sua tarefa foi intensificar as teorias de “superioridade” masculina em relação à mulher negra, desenvolvendo atitudes introspectivas que coincidem com a “nova escola” de “inferioridade psicológica” das mulheres. A intenção de uma série de artigos, livros etc. tem sido obscurecer a principal responsabilidade pela opressão das mulheres negras, **espalhando as noções burguesas podres sobre uma “batalha dos sexos” e “ignorando” a luta de ambos, homens e mulheres negras – todo o povo negro – contra seus opressores comuns: a classe dominante branca** (Jones 2024, 192-193).

Em 1949, apenas quatro anos depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos passavam por uma investida ideológica para redefinir os papéis de gênero, que tiveram profundas alterações durante as duas guerras, principalmente no mercado de trabalho. Claudia Jones analisa que a Lei Taft-Hartley³⁵, que rebaixou os padrões salariais, aboliu o direito às greves e chancelou a demissão em massa de trabalhadores, afetou diretamente os trabalhadores negros e promoveu o deslocamento das mulheres nos trabalhos industriais que ocuparam durante as guerras, de modo que, “enquanto as mulheres constituíam 36,1% de todos os trabalhadores em 1945, esse número foi reduzido para 27,6% em 1947” (Jones 2024, 217). O cenário de crise econômica e desemprego intensifica o discurso ideológico de que o problema do desemprego masculino

³⁴ Jones está fazendo referência a uma passagem presente em “Joseph Stalin, uma biografia política”, em que ele destaca que nunca houve um movimento de oprimidos em que as mulheres da classe trabalhadora não tenham participado. A expressão “as mais oprimidas pelos oprimidos” é presente tanto nos escritos de Stálin quanto nos de Lênin, ambos presentes nas análises de Jones.

³⁵ A Lei Taft-Hartley (Labor-Management Relations Act) foi aprovada em 23 de junho de 1947 pelo Congresso estadunidense, e veio cancelar uma série de medidas anti-sindicais. Ficou conhecida como Lei Taft-Hartley em razão da influência e defesa do Senador Robert Taft e do deputado Fred A. Hartley, Jr. Conhecida por ser uma lei antigreve e a favor do empresariado, ela proibia desde boicotes, piquetes, fechamentos de lojas até greves políticas e solidariedade. Toda forma de luta trabalhista acaba por ser criminalizada, de fato, aumentando a repressão em um momento de crise.

são as mulheres que ocuparam seus cargos. A lei ainda penalizava mulheres casadas, retirando-as do mercado de trabalho³⁶.

Outro ponto de destaque que ela apresenta no cenário dos Estados Unidos pós-guerra é o alinhamento com o nazismo para fomentar o discurso ideológico contra as mulheres, destacando que o país usava a linha demagógica que os capitalistas financeiros alemães usavam até a ascensão de Hitler. Para ela, a Lei Taft-Hartley atuava contra todos os direitos trabalhistas; justificava o despejo em larga escala da população empobrecida. Compreendendo o discurso de que lugar de mulher é na cozinha, ela relacionava ao slogan fascista triple-k – Kinder, Kuche, Kirche – Criança, Cozinha e Igreja, que era o que estava sendo usado em uma “psicologia de guerra” no país (Jones 2024, 213-214).

Ela definiu como “filosofia barata” e sem valor teórico as elaborações feitas por Winthrop Sargeant³⁷ e circuladas no *Journal Luce*, que, em linhas gerais, falavam que é em tempo de guerras entre os sexos que os papéis de gênero são definidos; é a partir dessa batalha que o “macho assume seu papel heroico dominante, e a fêmea faz jus ao macho”. Ele defendia que a chegada da paz iria desarticular esse equilíbrio, havendo uma necessidade de tirar as mulheres dos campos de luta em busca pela paz. Em suas palavras, o objetivo dessas teorias antimulher era “dificultar e coibir sua participação social progressiva, particularmente na luta pela paz” (Jones 2024, 214), pois as mulheres fora de casa e na luta pela paz representavam uma traição à forma normal em que a sociedade funciona.

Um ponto que Claudia Jones chama atenção é que as ideias de Winthrop Sargeant são baseadas no pensamento de Oswald Spengler³⁸, teórico adotado pelos nazistas. Além do slogan, ela destaca como o pensamento, de modo geral, estava alinhado às bases ideológicas do nazismo. Para ela, o grande capital funcionava a partir das ofensivas reacionárias para conter a participação dos grupos marginalizados na política, destacando ainda que não podem ser observados como algo menor as propagandas voltadas para educação e comportamento feminino, os diversos números de revistas e jornais que passam a definir o local da mulher como sendo de dona de casa³⁹.

Atrelando as questões de gênero a uma leitura racial, ela imputa pensar que as experiências do gênero não podem ser vistas de modo unilateral, como destacado em citação anterior, como uma análise burguesa e simplista de “guerra

³⁶ Williana Burroughs (1882-1945) foi um exemplo dos profissionais que sofreram nos Estados Unidos pela retirada de trabalhadoras de seus postos por serem casadas. Ela foi professora em escolas públicas de Nova York até implementar-se a proibição de empregar mulheres casadas, proibição de que houvesse alterações durante os períodos entreguerras, mas que era aplicada sempre que havia necessidade de perseguir e sistematizar as retiradas dos direitos das mulheres.

³⁷ Crítico de música e escritor estadunidense.

³⁸ Foi um historiador e filósofo alemão visto como um precursor intelectual por nazistas como Joseph Goebbels.

³⁹ Expressões semelhantes vemos no movimento “tradwife” contemporâneo, que se caracteriza pela revalorização do estilo de vida da década de 1950. O nome advém da junção das palavras Trad + Wife, que, em tradução livre, seria “Esposa Tradicional”. O movimento defende que o homem é o provedor da casa, e o papel da mulher é ser uma dona de casa dedicada aos filhos e ao marido. Atualmente, há um grande investimento nas mídias sociais para divulgação e incentivo desse comportamento; defendem que, no decorrer do tempo, as mulheres perderam a feminilidade e o sentido da felicidade. Há uma ficcionalização da realidade da década de 1950, que retrata que ser dona de casa era uma escolha realizadora. Algo que pude constatar é que há um nicho de influencers nas redes sociais como *TikTok* e *Instagram* que promovem essas ideias, a maioria esmagadora sendo composta por mulheres brancas. A nova característica do movimento é pregar a ideia de que estão confrontando o sistema sendo “mulheres de verdade” e não, feministas.

dos sexos”, pois não é possível explicar a experiência negra a partir de uma análise dual e superficial. A vida da população negra não se explica unicamente por uma compressão da relação de opressão entre homens e mulheres; a classe dominante branca exerce seu poder de exploração contra ambos. A investida conservadora na ideia de que o lugar de mulher é em casa não se aplica às mulheres negras que estão trabalhando em empregos subalternizados como domésticas.

Claudia Jones alerta para as diferenças dentro da classe trabalhadora, e chama à responsabilidade os brancos que, de modo consciente ou não, se beneficiam do racismo, argumentando que um dos grandes problemas do sufrágio feminino foi a ausência de criticidade em relação à questão racial, e que “a falha histórica [é] das líderes do sufrágio feminino, predominantemente oriundas da burguesia e pequena burguesia, que não conseguiram vincular sua própria luta às lutas pelos plenos direitos democráticos do povo negro” (Jones 2024, 196). Dando ênfase no pós-emancipação, ela destaca que não há possibilidade de um pensamento crítico de mulheres que não reconheça essa falha, e que a questão dos negros antecede a questão da mulher.

Uma consciência em desenvolvimento sobre a questão da mulher hoje não deve deixar de reconhecer que a questão do negro nos Estados Unidos é anterior e não igual à questão da mulher. Que somente na medida em que combatemos todas as formas de opressão chauvinistas em relação ao povo negro e lutamos pela plena igualdade do povo negro as mulheres como um todo podem avançar na luta por direitos iguais. Para o movimento de mulheres progressistas, a mulher negra, que combina em seu status o de trabalhadora, negra e mulher, é o elo vital para essa consciência política elevada (Jones 2024, 196).

A causa da mulher negra aparece como elo central na construção da luta revolucionária. O movimento de libertação teria a participação ativa das mulheres negras, pois eram essas mulheres que estavam na base da luta de classes, com elas que as mudanças rumo à América Socialista poderiam ser alcançadas. A máxima de Angela Davis de que “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela” (Davis 2017) era base do pensamento de Claudia Jones: é articulando as demandas da classe trabalhadora que se poderá construir uma luta anticapitalista e anti-imperialista.

A tripla opressão foi uma ferramenta analítica que demandava a articulação de diversas frentes combatendo o chauvinismo branco, a antinegritude e o heteropatriarcado. Claudia Jones buscou reforçar que há necessidade de os campos progressistas conectarem as diversas frentes de lutas, mostrando que a falta de comida, a ausência de creches, os assassinatos de mulheres, o desemprego são faces do capital que devem ser combatidas, para garantia dos direitos democráticos. Contudo, a luta de classes não pode subsumir as lutas das mulheres e da população negra, pois, como ela destaca, os homens podem ser “a burguesia” das mulheres, e os brancos podem ser a “burguesia” dos negros, antagonismos que podem existir dentro da mesma classe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A responsabilidade de superar essas formas especiais de chauvinismo branco não se encontra na “subjetividade” da mulher negra, como frequentemente é colocado, mas diretamente nos ombros dos homens brancos e das mulheres brancas.

(Claudia Jones)

Sharon Smith, autora da obra *Woman and Socialism: class, race and capital* (2005), ao fazer responder as críticas marxistas em torno do conceito de interseccionalidade, destaca que a interseccionalidade é um conceito e não, uma teoria, dando ênfase na necessidade de compreender isso desde o começo, já que a interseccionalidade seria “uma descrição da experiência de múltiplas opressões, sem explicar suas causas”, em vez de uma teoria “a qual tenta explicar as raízes das formas de opressão”, de modo que ela “pode ser aplicada junto a diferentes teorias sobre a opressão – teorias com base no marxismo ou pós-modernismo, mas também separatismo etc.” (Smith 2017).

Esse esclarecimento é fundamental para a autora. Ela justifica que é preciso compreender a interseccionalidade enquanto um conceito, para que se possa fazer um debate sério, já que, segundo a autora, os marxistas e pós-modernistas são, em muitos momentos, antiéticos em suas interpretações e hostis ao conceito (Smith 2017). Sharon Smith destaca que é necessário compreender a interseccionalidade como um conceito que surge das feministas negras, e não dos pós-modernos, e que as raízes da interseccionalidade estão ancoradas em uma tradição de radicais negras.

Ainda segundo a autora, torna-se frágil a crítica de que a interseccionalidade é um conceito que ignora as dinâmicas de classes, tendo em vista que há centralidade das classes nas obras produzidas por essas mulheres negras (grande parte já citada neste artigo). Para ela, há a inseparabilidade dos debates entre classe, raça e gênero dentro do feminismo negro. O que muda a perspectiva é a presença de novas análises em torno de opressões que outrora eram consideradas secundárias pelos marxistas. Ainda, amplifica o olhar para a reprodução das opressões dentro da mesma classe social, e compreende a complexidade de que algumas opressões ultrapassam a linha da classe, como a violência de gênero e a antinegitude.

Críticas mais fundamentadas de intelectuais que pesquisam a tripla opressão, como Jodi Dean e Charisse Burden-Stelly (2024), apontam que há diferenciação no que tange aos propósitos de que “a interseccionalidade trata do reconhecimento perante a lei e da possibilidade de remediar as formas de discriminação que as mulheres negras estão vivenciando. A tripla exploração trata da opressão, exploração e derrubada dessas estruturas de dominação”. No entanto, é possível compreender que o uso da tripla opressão se deu de diferentes modos, e em pesquisas diversas; que a interseccionalidade surge de todos esses debates, amadurecidos com o tempo, e que retorna à sua base para se fortalecer enquanto um conceito criado por mulheres negras, para explicar suas realidades.

A leitura da “tripla opressão” e “superexploração” da mulher negra conecta a luta de classes à supremacia branca e ao racismo. Ela chama atenção para uma teoria que seja capaz de dialogar com uma população que, muitas vezes, não é vista dentro das propostas políticas; a tripla opressão é a possibilidade de uma nova leitura marxista das violências que atingem sujeitos específicos de maneira cruzada, ideia proposta posteriormente pela interseccionalidade. Resgatar as raízes da interseccionalidade é fortalecer sua

radicalidade enquanto conceito, e fazer jus àquelas que antecederam e que estavam na linha de frente da teoria marxista.

A tripla opressão, em dado momento, não foi reconhecida enquanto um conceito, no entanto, trazia em si a descrição da experiência de múltiplas opressões. Sharon Smith (2017) destaca que a interseccionalidade enquanto conceito pode ser aplicada a diversas teorias que buscam explicar a sociedade, inclusive a marxista; esse seria um movimento similar ao da tripla opressão. Podemos refletir ainda que, para Claudia Jones, a causa da tripla opressão estava ligada ao capitalismo e imperialismo, esses produtores do patriarcalismo e antinegritude. A tripla opressão, por sua plasticidade, foi aplicada a diversas pesquisas empreendidas por mulheres negras que viam o limite das teorias e conceitos que explicam a sociedade.

Compreendemos que tanto a interseccionalidade quanto a tripla opressão são categorias em disputa. No Brasil, faz-se necessário compreendê-las dentro da sua radicalidade. No cenário atual, em que o espantinho do identitarismo ronda a esquerda, pensar a luta de classes dentro de uma proposta que centralize a branquitude e a antinegritude ainda é necessário. Em seu texto “Um fim ao descaso para com os problemas das mulheres negras” (1949), Claudia Jones convoca os brancos a repensar suas posturas de superioridade racial e masculinistas em torno das mulheres negras. É um texto voltado para o CPUSA, em que ela frisa que “a responsabilidade de superar essas formas especiais de chauvinismo branco não se encontra na ‘subjetividade’ da mulher negra, como frequentemente é colocado, mas diretamente nos ombros dos homens brancos e das mulheres brancas” (Jones 2024, 193).

Após 75 anos dos escritos de Claudia Jones, vemos que as questões levantadas por ela em torno da luta antirracista, antipatriarcal e anti-imperialista ainda são fundamentais dentro e fora das esquerdas. A redução dos debates contemporâneos a identidades pós-modernas, seja lá o que isso signifique, atenta para a urgência do “fim da negligência aos problemas das mulheres negras”, sujeitas que ainda ocupam os lugares de superexploração na sociedade. Nesse cenário, talvez seja necessário olharmos para as ideias formuladas por Claudia Jones, para reescrita da teoria marxista a partir de uma leitura interseccional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio (org.). *Marxismo e a questão racial*. São Paulo: Boitempo, 2021.

BONILLA-SILVA, Eduardo. *Racismo sem Racistas: o racismo da cegueira de cor e a persistência da desigualdade da América*. São Paulo: Perspectiva, 2020.

BURDEN-STELLY, Charisse. Claudia Jones, the Longue Durée of McCarthyism, and the Threat of US Fascism. *The Journal of Intersectionality*, Summer 2019, Vol. 3, No. 1, Claudia Jones: Foremother of World Revolution (2019).

BURDEN-STELLY, Charisse. Introduction to Claudia Jones: Foremother of World Revolution. *The Journal of Intersectionality*, Summer 2019, Vol. 3, No. 1, Claudia Jones: Foremother of World Revolution (2019).

CASEMIRO, Diego Márcio Ferreira; SILVA, Nathália Lipovetsky. Teorias interseccionais brasileiras precoces e inominadas. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, Vol. 6, N. 2, 2021, 1-28.

COLLINS, Patrícia H.; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

DAVIS, Angela. *Democracia da abolição: o império das prisões*. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

- DAVIS, Angela. *Mulheres, Cultura e Política*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- DAVIES, Carole Boyce. *Left Of Karl Marx: The political life of black communist Claudia Jones*. Duke University Press, 2008.
- DEAN, Jodi; BURDEN-STELLY, Charisse. *As Mulheres Negras Estavam No Centro Da Luta Para A Construção Do Comunismo*. Disponível em [As mulheres negras estavam no centro da luta para a construção do comunismo](#). Acesso em 5 de novembro de 2024.
- DU BOIS, W. E. B; HARTMAN, Saidiya. *O Cometa + O Fim Da Supremacia Branca*. São Paulo: Fósforo, 2021.
- JESUS, Blenda Santos. *Entre Ativismos e Pan-Africanismos: “Travessias” Internacionais de Mulheres Negras*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2021.
- JONES, Claudia. Um fim à negligência em relação aos problemas da mulher negra! *Estudos Feministas*, Florianópolis, 2017, p. 1001-1016.
- JOHNSON, Connie. *Johnson Reclaiming Claudia Jones: When a Black Feminist Marxist Defies McCarthyism*. Michigan Feminist Studies, 2009.
- LINDSEY, Lydia. The silencing of Claudia Jones in 20 century Feminist Revolutionary Thought. *The Journal of Intersectionality*, Summer 2019, Vol. 3, No. 1, Claudia Jones: Foremother of World Revolution (2019).
- MCCAUSLAND, Julie-Ann. Who is Claudia Jones? *Caribbean Quilt*, Vol. 5, 2020. p. 80-85. Disponível em: [Vol. 5 \(2020\): Caribbean Quilt | Caribbean Quilt \(utoronto.ca\)](#).
- MCDUFFIE, E. *Sojourning for freedom: Black women, American communism, and the making of black left feminism*. Durham, NC: Duke University Press, 2012.
- SCHRECKER, Ellen. *American Inquisition: The Era of McCarthyism*. Recorded Books, 2004.
- SILVA, R. A.; MENEZES, J. de A. A interseccionalidade na produção científica brasileira. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(4), São João del Rei, outubro-dezembro de 2020. p. 1-16.
- SHERWOOD, Marika. *Claudia Jones: A live in exile*. Lawrence and Wishart Ltd, 2000.
- SMITH, Sharon. *A Marxist case for intersectionality*. Socialist.org, 2017. Disponível em [A Marxist case for intersectionality | SocialistWorker.org](#) . Acesso em 4 de março de 2023.
- SUNDE, Muffy. *The life and times of Claudia Jones, early Marxist feminist and race liberator*. Educational presentation by Muffy Sunde at meeting of Seattle Radical Women, February 18, 2021.
- SYRETT, Harold C. *Documentos Históricos dos Estados Unidos*. Editora Cultrix: São Paulo, 1960.
- ULIÁNOV, Vladímir Ilitch. *A revolução das mulheres e a revolução proletária*. Lavra-Palavra: São Paulo, 2021.
- VESUNA, Alexander. *Silencing the Radical Black Feminist: a book review of Left of Karl Marx: The political life of black communist Claudia Jones*. Caribbean Studies Students Union, Canada. 2022.

Nos rastros das origens da interseccionalidade
 Artigo recebido em 17/09/23 • Aceito em 01/12/24
 DOI | doi.org/10.5216/rth.v27i2.75424
 Revista de Teoria da História | issn 2175-5892



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado